Santos - Ano 20 - Abril/2015

Jornal

Filiado à Força Sindical

Reação Química

www.facebook.com/quimicos.dabaixadasantista

S.T.I. Químicas, Farmacêuticas e de Fertilizantes • Baixada Santista •

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Fertilizantes de Cubatão, Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá e Itanhaém

MANIFESTAÇÕES

Com a adoção das medidas provisórias 664 e 665 pelo governo federal, o presidente do nosso sindicato que também é diretor regional da Força Sindical SP, reuniu-se com o Grupo de trabalho que atua na Gerencia Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, onde todas as centrais tem assento, para que pudessemos organizer uma série de manifestações contra as medidas do governo federal. PÁG. 6

Cubatão: incompetencia travestida

Leia mais na **PÁGINA 2**

Terceirização: atenção trabalhadores

Leia mais na **PÁGINA 4**

Reunião com deputado Artur Maia

Leia mais na **PÁGINA 9**

Reunião das diretorias e secretarias da FS

Leia mais na **PÁGINA 11**

PLR Heringer

Leia mais na **PÁGINA 5**

Reunião no Itamaraty

Leia mais na **PÁGINA 10**

Pagamento OJ Styron

Leia mais na **PÁGINA 10**

EDITORIAL

CUBATÃO: incompetencia travestida

Herbert Passos, presidente do sindicato

Na cidade de Cubatão, juntou-se o que tem de pior. Políticos, dirigentes e lideranças, em uma campanha totalmente equivocada e irresponsável criaram uma legislação que pretende garantir vagas de emprego aos residentes na cidade. Ora, se isso fosse possível, deveria começar pela própria prefeitura, onde a maioria não é do município. Além disso temos a condição da cidade que não é boa, fazendo com que os cidadãos ali nascidos, assim que tenham uma condição econômica melhor, procurem mudar a residência para outro município que lhe proporcione melhores condições de vida. Mas indo ao cerne da questão, vamos à pergunta fatídica: por que há discrepância quanto a empregabilidade da população de Cubatão em relação a outras cidades? É lógico pensar que para as empresas ali fixadas seria de melhor agregar ao quadro funcional pessoas com residência próxima, não só pelo custo como pela logística nas demandas de emergência, então mais uma vez: porque? Se examinarmos de perto a qualidade de ensino em Cubatão, vemos que está ladeira a baixo, fazendo que muitos não consigam ser qualificados por exclusiva falta de formação, que é obrigação do governo, que agora se exime com regras estapafúrdias. Há muito defendemos o fim dessa ideia que cubatense só serve para ser "peão" em indústria. São cidadãos dignos de respeito como todos, portanto podem almejar a serem também gerentes, diretores e presidentes destas e de outras empresas. De que adiantam escolas técnicas ou faculdades se os alunos de Cubatão não forem preparados para disputar em pé de igualdade com outras pessoas. Os políticos quando propõem essas medidas estão fugindo de suas responsabilidades, fazem a política suja de enganar o povo e os dirigentes que concordam e se submetem a essa ignorância também são culpados pela eternização dos "currais" eleitorais que só visam o poder mantendo a massa sem acesso ao seu maior direito: educação.

Não à retirada de direitos!

Miguel Torres
Presidente da Força Sindical

No apagar das luzes de 2014, o governo editou duas nefastas Medidas Provisórias 664 e 665, que dificultam a obtenção do auxílio-doença e de pensão por morte, além do direito ao seguro-desemprego e de diminuir o abono salarial e o seguro-defeso (pescadores).

Neste momento vamos no ater à MP 665, que prejudica os trabalhadores dificultando – ou até mesmo negando – o direito ao seguro-desemprego, ao abono salarial e ao seguro-defeso. Este último é um importante mecanismo criado pelo então ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri, no início dos anos 90, no intuito de garantir renda aos pescadores artesanais em períodos de reprodução dos peixes e preservar o meio-ambiente.

Estas medidas, editadas sem um diálogo prévio com as Centrais Sindicais, e logo após a presidenta ter garantido que não mexeria em direitos, alteram a legislação e retiram direitos.

O governo calcula uma economia de R$ 18 bi por ano com as MPs. Uma falácia, pois não se trata de economia, mas de dinheiro tirado do bolso dos trabalhadores, e que ajudaria em muito a girar a roda da economia através do consumo, que força a produção e a geração de empregos.

Sob o argumento do corrigir fraudes, o governo insiste nas medidas. Nós, trabalhadores, queremos e ansiamos acabar com distorções e fraudes. Mas que essas correções tenham por regra a apuração correta dos fatos e punições exemplares aos eventuais culpados, e não penalizando a classe trabalhadora.

Melhorar a eficiência da fiscalização, punir com mais rigor, elaborar uma ampla campanha educativa visando à conscientização e fortalecer a rede de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego são mecanismos que podem ser adotados para dificultar e diminuir as fraudes. Um sistema com transparência e controle, com cruzamento de dados, sem dúvida, funcionaria melhor.

A situação torna-se mais grave se lembrarmos da imensa rotatividade de mão de obra no País, e se destacarmos que vivemos um período de crescimento baixo ou nulo, em que vários setores estão demitindo. Rotatividade que atinge principalmente os mais jovens, o que nos leva a deduzir que a restrição ao seguro-desemprego prejudica-os muito. As desonerações podem ser mecanismos para conter a rotatividade. Basta incluir no processo de desoneração contrapartidas sociais, como a garantia de emprego.

Não podemos, de forma alguma, arcar com o ônus de uma crise que não fomos nós quem provocamos, que não foram os trabalhadores que a alimentaram. Juntas, na chamada Unidade de Ação, as Centrais Sindicais estão mobilizadas para garantir os direitos da classe trabalhadora. Organizar manifestações nas ruas e atos no Congresso Nacional para externar nossa contrariedade é lutar para que nossas conquistas sejam respeitadas e ampliadas.

A MP é equivocada ao dificultar o acesso aos benefícios justamente no momento em que o trabalhador mais necessita. O desemprego, destacamos, é fator multiplicador da injustiça social, da desagregação familiar, da violência e da fome. As MPs , se aprovadas, vão contribuir intensamente para o aumento das desigualdades sociais no País.

EXPEDIENTE - www.sindquim.org.br - jornal@sindquim.org.br
O Jornal Reação Química é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Fertilizantes de Cubatão, Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá e Itanhaém.
Sede Social - Avenida Pinheiro Machado, 77, Santos, SP - Cep: 11075-001 - Fone: 13-3221-3435 - Fax: 13-3221-1089. Rua Assembleia de Deus, 39, 2º andar, conjunto 202, Cubatão, SP - Cep: 11500-040 - Fone: 13-3361-1149.
Presidente: Herbert Passos Filho - Diretor Responsável: Jairo Albrecht - stiqff@gmail.com - Jornalista Responsável: Herbert Passos Neto - Mtb 39.204 -
Diagramação: www.cassiobueno.com.br - 13. 3385-9777 - Gráfica Diário do Litoral - 13-3226-2051 - 6 mil exemplares

A rotatividade no mercado de trabalho no Brasil

Por Clemente Ganz Lúcio

Rotatividade no mercado de trabalho é a substituição de um empregado por outro no mesmo posto de trabalho. No Brasil, as empresas têm total liberdade para contratar e demitir a qualquer momento, sem precisar apresentar nenhuma explicação ao trabalhador. Basta pagar os custos da rescisão do contrato de trabalho. No mercado formal de trabalho do país, milhões de vínculos de emprego são rompidos anualmente e novos são estabelecidos. Nos anos 1990, este fenômeno ocorria em um cenário de alto desemprego, precarização das condições de trabalho e redução dos salários pagos aos novos contratados em relação aos pagos aos demitidos. Contudo, há uma década, o desemprego vem se reduzindo, a formalização aumentando, os salários crescendo e, mesmo assim, o fluxo de demissão e contratação continua em ampliação. Há alguns anos, o DIEESE, em cooperação com o Ministério do Trabalho e Emprego e entidades sindicais, investe no estudo da rotatividade no mercado de trabalho, procurando inclusive formas de intervenção que ajudem a reduzir o problema. Há publicações que tratam dessa temática no site da entidade (www.dieese.org.br). O último trabalho foi recentemente divulgado, com dados de 2013. Com base nos registros administrativos da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), o fluxo geral de demissões e contratações no mercado formal é analisado, sem observar especificamente o posto de trabalho, como uma maneira de aproximação da mensuração da taxa de rotatividade.

Taxa de Rotatividade total (celetistas) %

Setor	2003	2013
	%	%
Construção	111	115
Agricultura	100	89
Comércio	52	64
Serviços	48	60
Indústria de transformação	44	52
Indústria extrativa mineral	33	32
Serviços Industriais de Utilidade Pública	18	33
Administração Pública	20	56

As demissões ocorrem predominantemente para os trabalhadores com menos de 1 ano de vínculo e representam 66% dos desligamentos. Quase metade (31%) dos desligados tinha até três meses de vínculo, ou seja, estava no período caracterizado pela legislação como contrato de experiência. As ocupações em que mais rodam trabalhadores são aquelas vinculadas ao apoio na produção e nos serviços: assistentes, auxiliares, serventes e ajudantes.A demissão, rompimento do vínculo que decorre de iniciativa patronal, representou 68% dos desligamentos em 2013 (era 78% em 2003). Com o mercado de trabalho aquecido e queda no desemprego, observa-se o aumento do desligamento a pedido do trabalhador, de 16%, em 2003, para 25%, em 2013. Transferências representaram 6,5%, falecimentos, 0,3%, e aposentadorias, 0,1% (2013) dos rompimentos dos vínculos de emprego.

Boletim Emprego CAGED
Fevereiro/2015

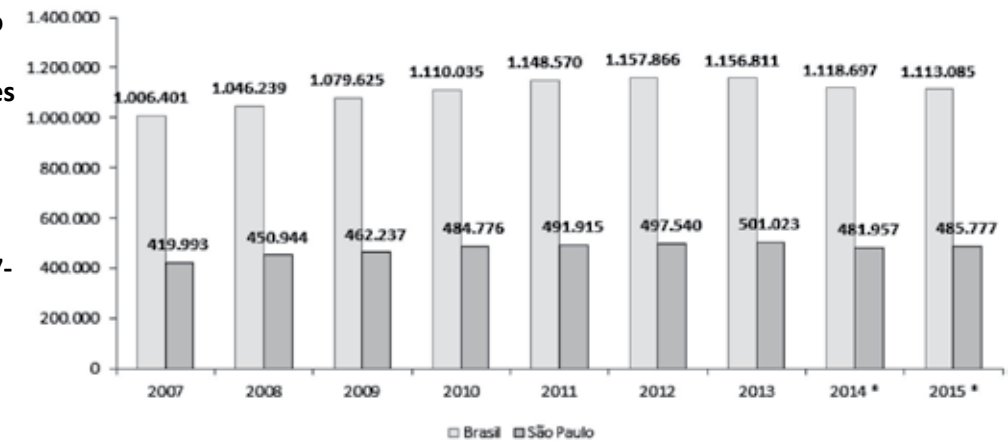
Em fevereiro de 2015, a indústria química brasileira encerrou 5.117 postos de trabalho formais, com destaque ao segmento sucroalcooleiro que fechou 6.607 postos. Em fevereiro de 2015 tem-se que o salário mensal médio de um trabalhador formal admitido na indústria química no Brasil foi 10,7% menor que o salário mensal médio de um trabalhador formal demitido no mesmo setor e período (Tabela 01).

Movimentação de trabalhadores formais na indústria química, segundo salário mensal médio Brasil – Fevereiro/2015

Setores	Admitidos		Desligados		Saldo	Diferença do Salário Mensal Médio entre admitidos e desligados (%)
	Nº de Trabalhadores	Salário Mensal Médio	Nº de Trabalhadores	Salário Mensal Médio		
Sucroalcooleiro	8.093	R$ 1.151,41	14.700	R$ 1.168,85	-6.607	-1,5
Químico	3.901	R$ 1.802,26	4.242	R$ 2.478,51	-341	-27,3
Fertilizantes *	815	R$ 2.019,50	984	R$ 2.580,27	-169	-21,7
Cosmético	1.251	R$ 1.413,16	1.354	R$ 1.881,86	-103	-24,9
Farmacêutico	2.734	R$ 2.253,83	1.967	R$ 2.781,47	767	-19,0
Plástico	13.824	R$ 1.213,00	12.600	R$ 1.440,22	1.224	-15,8
Brinquedos	506	R$ 1.198,73	563	R$ 1.189,82	-57	0,7
Total	**30.309**	**R$ 1.374,31**	**35.426**	**R$ 1.539,32**	**-5.117**	**-10,7**

* Estimado.

Evolução do estoque de trabalhadores formais na indústria química Brasil e São Paulo – 2007-2015

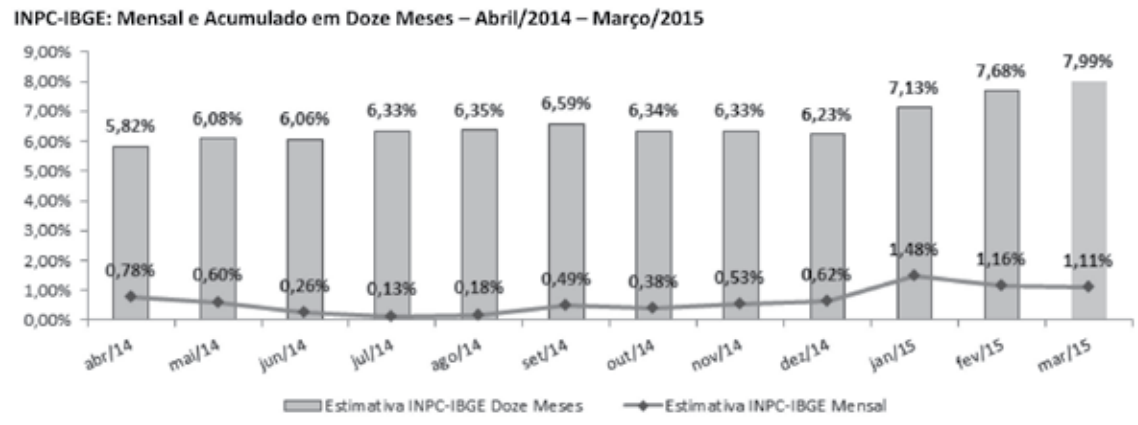


BOLETIM DIEESE

Estimativa do Banco Central para o INPC-IBGE data-base 1º de Abril permanece em 7,99%

A nova estimativa do Banco Central (posição em 20/03/2015) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) data-base 1º de Abril se manteve em 7,99%. Esta estimativa já incorpora a variação de 1,16% ocorrida em fevereiro.

INPC-IBGE: Mensal e Acumulado em Doze Meses – Abril/2014 – Março/2015

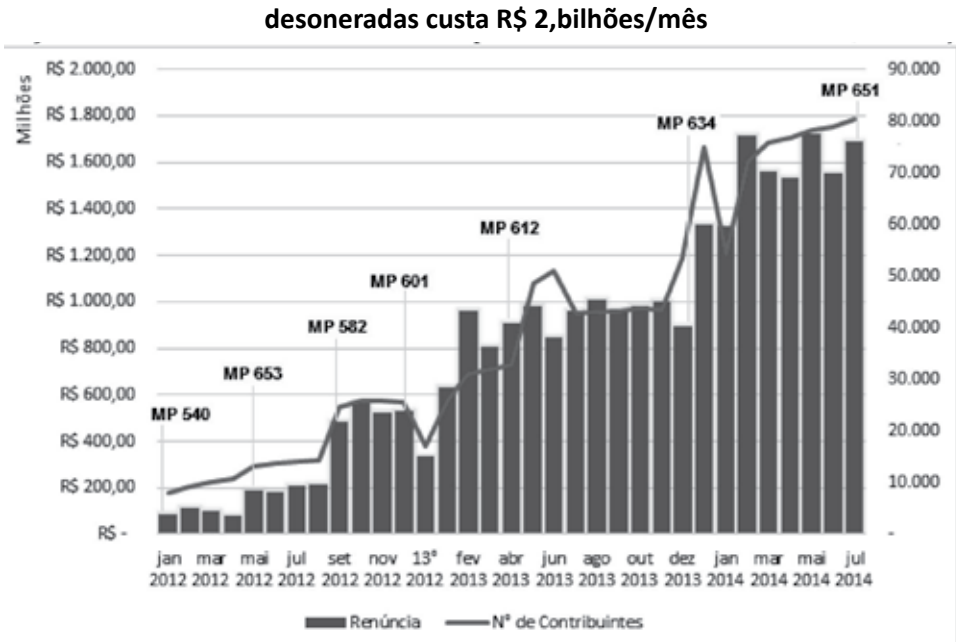


Estimativas do Banco Central para Inflação (Posição em 20.03.2015)O INPC realizado em fevereiro foi superior a última estimativa do BC, que esperava um INPC para o mês de 0,67%. Para o mês de março estima-se um INPC de 1,11%. Incorporando a inflação realizada em fevereiro às projeções do BC, estima-se um INPC acumulado para os próximos doze meses (abr/2014-mar/2015) de 7,99%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), utilizado no acompanhamento do regime de metas, apresentou variação de 1,22% em fevereiro, abaixo do resultado de 1,24% de janeiro. O IPCA acumulado nos últimos dozes meses foi de 7,70%, acima do resultado de 7,14% referente ao acumulado dos dozes meses anterior. Atualmente, o Banco Central estima que o IPCA ao final de 2014 seja de 8,17%.

Pelas palavras do ministro Joaquim Levy esta é a desoneração presenteada aos empresários

Renúncia Mensal X Empresas Beneficiadas – 2012-2014
Beneficiar o atual universo de 80 mil empresas desoneradas custa R$ 2,bilhões/mês



Gílson e Eduardo construindo a unidade entre os sindicatos

Rede Linde

A Linde até que tenta dividir a organização dos trabalhadores, vamos reconhecer, mas precisa ter argumentos para isto. Enquanto as tentativas se acumulam os trabalhadores da Linde no Brasil e agora também de outros paises estão se articulando para se unirem cada vez mais e ficarem cada vez mais fortes.

Na foto a reunião de sindicatos que representam trabalhadores da Linde e também do companheiro Gilson Martins que junto com o Eduardo participam e constroem esta unidade entre os sindicatos.

Terceirização: atenção trabalhadores do Brasil!

Os empresários estão articulando junto ao Congresso Nacional novo o golpe contra os trabalhadores: a aprovação do Projeto de Lei 4330 que libera geral a terceirização em qualquer local e atividade.

O PL 4330 significa o maior retrocesso para a classe trabalhadora. Ele precariza a mão de obra, aumenta a rotatividade, diminui a massa salarial, entre outros malefícios.

Por um lado, o Governo Federal retira direitos dos trabalhadores através das MPs 664 e 665, e por outro, o Congresso ameaça precarizar os direitos e conquistas trabalhistas por meio da terceirização.

Não vamos aceitar nenhum direito a menos! Nem que avaca tussa! Trabalhadores, procurem seu deputado e senador e diga NÃO ao PL 4330. Já denunciamos em atos públicos, em passeatas e estaremos em Brasília, fazendo "corpo a corpo" com os deputados de nossa região e tamb~em para os de SP em geral, pois muitos deles, nas épocas eleitorais, vem pescar votios na Baixada Santista.

Regulamentar, sim. Precarizar, não. Diga não ao PL 4330!

www.facebook.com/quimicosbaixada

NRs – Normas Reguladoras

A) HIDROMAR

Com a contratação de um professional habilitado, as condições auditadas tiveram grande avanço, onde além das não conformidades terem sido sanadas, houveram ações já prevendo a entrada das novas regras, demonstrando a importancia que a direção desta empresa dá nos quesitos de segurança, meio ambiente e respeito aos seus funcionários e a comunidade.

B) LINDE GASES

As auditorias foram plenamente satisfatórias, sendo que as não conformidades apontadas anteriormente, foram sanadas e as ações preventivas estão de acordo com as normas.

C) VALE FERTILIZANTES, AUDITORIAS DE NRS E REUNIÃO DE TRABALHO

Após as auditorias realizadas pelo sindicato, realizamos uma reunião com pessoal da área de operação, manutenção, relações trabalhistas e segurança:

Em CUB 1 foi verificada ainda a manutenção do elevador (cobrança antiga) que prometeram para maio deste ano; já no armazém de nitrato relatamos nossa preocupação com a falta de avisos quando existem pedestres na área ensacadeira melhorou mas continua vazando muito, controles de vazão dos vasos de amônia em manual, a falta de pressão nos chuveiros de emergência e ao reenquadramento do porão da casa de bombas para espaço confinado;

Em CUB 2 encontramos terceirizados da Comau sem certificação ou treinamento, problema de pessoas estranhas adentrando a área sem permissão, utilização da rede de incendi para água de processo,os vasos de terceiros com inspeção vencida ou as PSVs próprias, equipamentos fora de uso que não foram oficialmente desativados,;

Em CUB 3 nos armazéns mesmo com avisos o pessoal próprio, terceiro e caminhoneiros não respeitam a sinalização, mais uma vez galões para consumo humano em local impróprio assim como amostras de produtos, algums funcionários terceiros não tinham as certificações obrigatórias, equipamentos fora de uso não foram desativados oficialmente.

Em CUB 4 foi identificado acesso de pessoas não autorizadas a área operacional, o piso superior da caldeira precisa de reparos, uma talha faltando histórico de manutenção e o redundante caso de equipamentos fora de uso, sem a desmobilização oficial.

Além disto foi discutido sobre o sistema de controle de segurança de pessoal, onde ficou definido pela empresa o fulcro na segurança dos pertences pessoais, operando por amostragem na saída mas de forma universal tanto para terceiros como para diretos, mantendo o conceito ético de respeito a individulidade e conforme solicitação do sindicato que venha a ser feito também por amostragem na entrada, a fim de coibir porte de substancias ou objetos proibidos.

MATÉRIAS JURÍDICAS

TRIBUNAL DÁ TEMPO ESPECIAL PARA ATIVIDADE ANTES DE 1980

O TRF 3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), que atende os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, entende que o segurado que exerceu atividade especial antes de 1980 tem o direito de converter esse tempo em comum, para antecipar ou aumentar a aposentadoria por tempo de contribuição. Ao julgar o caso de um segurado que havia trabalhado como inspetor sanitário de 1979 a 1993, exposto a agentes insalubres como ácido e esgoto, o tribunal concordou que todo esse período poderia ser convertido.

APOSENTADORIA ESPECIAL ATÉ 1995 SAIRÁ MAIS FÁCIL

O INSS não pode exigir a comprovação da exposição permanente e habitual a agentes nocivos para atividades exercidas até 28 de abril de 1995 para reconhecer a atividade especial.

A decisão da TNU deverá facilitar o reconhecimento do tempo especial, concedido a segurados que atuaram em atividades com risco à saúde, nos Juizados Especiais Federais, onde são julgadas ações de até 60 salários mínimos (R$ 40.680, neste ano).

A decisão reforça o entendimento que somente com a mudança na legislação passou a ser obrigatória a comprovação de que a exposição a agentes nocivos era habitual e permanente.

TRABALHO DE RISCO A PARTIR DE 1997 TEM TEMPO ESPECIAL

A concessão do tempo especial por exposição a risco sairá mais fácil nos JEFs (Juizados Especiais Federais). A TNU (Turma Nacional de Uniformização) decidiu ontem que o conceito de periculosidade dá direito à contagem mais vantajosa e à conversão de tempo especial em comum, também para atividades a partir de 1997.

A decisão favorece os profissionais que atuam com risco, como eletricitários, vigias, vigilantes, motoristas de caminhão-tanque e, no caso do segurado que garantiu a conversão no Juizado do Paraná, motoristas de coleta e entrega de botijões de gás.

Esses profissionais perderam o direito à contagem especial diretamente na agência do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em 1997, depois que a legislação sobre o tema excluiu a periculosidade dos agentes que dão o tempo especial na aposentadoria. Só a atividade insalubre passou a dar o direito.

JUIZADOS FACILITAM LAUDO PARA ATIVIDADES COM RUÍDO

A TNU (Turma Nacional de Uniformização), que funciona como uma instância superior dos Juizados Especiais Federais determinou que o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) é suficiente para o segurado do INSS comprovar a exposição ao ruído, independentemente da época em que a atividade foi desempenhada. Na decisão, os juízes afastaram a necessidade de o segurado apresentar também o LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho).

Para trabalhos exercidos até 2003, o laudo é considerado obrigatório pelo INSS, por trazer de forma detalhada o nível de decibéis no ambiente profissional. Agora, os juizados de todo o país deverão seguir esse entendimento aplicado pela TNU.

FONTE: Fernanda Brigatti do Agora

VALE É INVESTIGADA E AUTUADA POR TRABALHO ESCRAVO

A Vale teve uma mina interditada e foi autuada por 32 infrações trabalhistas por submeter motoristas a condições análogas às de escravo. Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), as irregularidades aconteceram em um canteiro da mineradora em Itabirito (MG) e foram flagradas em inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no início de fevereiro. Em conjunto, os dois órgãos investigam a empresa por exploração de funcionários terceirizados. A Vale nega.

Ainda de acordo com o MPT, 309 motoristas que levavam minério de ferro por uma estrada particular que liga duas minas da companhia trabalhavam em condições degradantes e sob ameaças. Eles também teriam sido vítimas de fraude na contratação.

Os trabalhadores eram funcionários da Ouro Verde, transportadora subcontratada pela Vale, e cumpririam jornadas exaustivas. De acordo com o MPT, um deles dirigiu por 23 horas, com um intervalo de 40 minutos para descanso. Outro trabalhou de 14 de dezembro a 11 de janeiro, sem nenhum dia de folga. Além disso, os banheiros da mina onde eles atuavam estariam em "estado de calamidade", o que os obrigaria a fazer suas necessidades na estrada.

Terceirização

A terceirização da atividade pela Vale também foi considerada irregular. "A Vale é a responsável por esses motoristas, não há dúvida disso", afirma a procuradora do Trabalho Adriana Souza, responsável pela investigação contra a empresa no MPT, em nota no site oficial do órgão. Em 2013, a Justiça já havia proibido a companhia de terceirizar a atividade de transporte. Segundo o MPT, as multas aplicadas chegaram a 7 milhões de reais, mas não foram pagas porque a Vale recorre da sentença.

TRABALHADORA RECEBE INDENIZAÇÃO POR TER CARTEIRA DE TRABALHO RETIDA

A Quarta Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) teve entendimento diverso do Juízo de Primeira Instância e decidiu por reparação por meio de indenização por dano moral, no valor de dois mil reais, a trabalhadora de uma empresa de fabricação de aguardente de cana-de-açúcar que teve a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) retida por quatro meses. Conforme previsto no artigo 53 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), todo contratante tem o prazo de até 48 horas para anotar, no documento, a data de admissão, o valor da remuneração e as condições especiais que possam existir no contrato de emprego e devolvê-lo ao empregado.

A relatora do acórdão, desembargadora Nise Pedroso, explica o que caracteriza dano moral: “De início, cabe esclarecer que o dano moral é aquele decorrente de lesão à honra, à imagem, ou à reputação de alguém; consiste, então, em uma ofensa que repercute na personalidade da pessoa, causando-lhe um mal representativo. Deve ficar comprovada a culpa de quem praticou o ato lesivo e a relação de causa e efeito entre ele e a parte ofendida”.

Na decisão, a Quarta Turma considerou a comprovação, nos autos, mediante o depoimento de testemunha no processo, que o documento da trabalhadora ficou retido pela empresa por quatro meses. “Esclarece-se que, tratando-se de dano moral, no caso sob exame, o ato lesivo é considerado in re ipsa, isto é, dispensa a prova objetiva da lesão material na instrução do processo. Em outras palavras, verificada a retenção da carteira profissional, desnecessária é a prova da ocorrência objetiva do dano”, explica a relatora.

Não está fácil, mas juntos vamos mostrar quem manda

PLR Heringer

Está um parto de forceps este acordo de plr da Heringer, mas desta vez estamos conseguindo reunir a maioria dos sindicatos, para somente assinarmos qualquer acordo se todos concordarem. Queremos tirar as cláusulas que prejudicam os trabalhadores todos os anos.

Agora é que “a cobra vai fumar”, pois todos concordaram em construirmos a rede de trabalhadores da Heringer. Juntos somos mais fortes e vamos derrubar a intransigência da empresa.

MANIFESTAÇÕES

Reunião com GT GRT

Com a adoção das medidas provisórias 664 e 665 pelo governo federal, o presidente do nosso sindicato que também é diretor regional da Força Sindical SP, reuniu-se com o Grupo de trabalho que atua na Gerencia Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, onde todas as centrais tem assento, para que pudessemos organizer uma série de manifestações contra as medidas do governo federal.

Carlinhos, Apipe, dra. Carmem, dr. Gionei e Valadares

Organização do Dia 30

A Força Sindical regional realizou diversas reuniões preparatórias para a passeata de protesto de 30 de março passado. A finalidade era realizar um protesto em que não houvesse prejuizo aos trabalhadores tanto no seu trabalho como no seu descanso. Portanto, não iriamos impeder a chegada ao trabalho nem prejudicar o horário de almoço, sendo que o principal objetivo era denunciar o prejuizo dos trabalhadores e conquistar a adesão da sociedade.

Reunião nos Rodoviários

Protesto do Dia 30
Sindicalistas na rua

É muito bom quando uma manifestação como esta recebe tanto apoio da população, é certo que vemos hoje uma parcela de dirigenhtes sindicais pelegando porque pertencem ao partido que apoia o governo. Ainda bem que nosso sindicato sempre defendeu as bandeiras dos trabalhadores.

Fomos os primeiros a gritar e a colocar faixas da campnha "FORA COLLOR", batemos de frente com a reforma da previdencia do FHC, seu fator previdenciário e a forma da política entreguista de privatização. Fizemos coro contra os "sangue sugas" e cobramos do governo atual as promessas de campnha em benefício dos trabalhadores. Sindicatos não podem andar atrelados a partidos politicos, cada um tem o seu trabalho em uma àrea diferente do outra.

É isto a população está vendo e apoiando, a manifestação foi um sucesso, até porque as três centrais que participaram tiveram a maturidade de deixar as diferenças de lado e abraçarem juntas esta briga contra as perdas trabalhistas.

Manifestação em frente ao Ministério do Trabalho

No dia 02 de março iniciou-se a validação das medidas provisórias do "tal" ajuste fiscal que só mexeu no bolso dos trabalhadores. Como era um evento apenas para que a população tomasse conhecimento de que mais uma vez estava sendo chamada a pagar a conta dos desvarios governamentais, fizemos apenas um ato público.

Sindicatos planejando o ato

Sindicato quer ala para queimados em Cubatão

Em reunião com o novo secretário de saúde de Cubatão, Benjamim Lopes (como mudam de secretários), o presidente do nosso sindicato, insistiu nas questões de interesse dos trabalhadores do polo. É a necessidade de uma ala de queimados em Cubatão, para dar um atendimento melhor e mais eficiente a estes tipos de acidentes. No hospital modelo existe uma falta de ocupação e uso muito grande e o sindicato já negociou com as empresas do polo o apoio a este investimento, o que atrapalha muito é o troca troca de secretarias.

Sindicato já tem apoio das empresas para criar a ala, só falta a prefeitura autorizar

Passos representou os Químicos da Baixada

Painel Regional recebe sindicalistas

A mídia começa cada vez mais a se interessar pelas opiniões e demandas dos trabalhadores através de seus sindicatos. A sociedade começa a entender que o último baluarte de Resistencia organizada são os sindicatos que sempre reconheceram que ninguém faz nada sozinho.

Nesta reportagem em que o presidente do nosso sindicato fez na tv, uma das questões em pauta foi a emissão do dióxido de enxofre em Cubatão. Coisas que só nós que somos da area industrial sabemos como e quando acontecem dentro e fora das fábricas.

A queda no nível de emprego da indústria química paulista

Conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED-MTE) mostram-se preocupantes, especialmente no estado de São Paulo, os resultados da movimentação de trabalhadores no mês de novembro na indústria química, que engloba os setores sucroalcooleiro, químico, fertilizantes, cosméticos, farmacêutico, plástico e brinquedos. No acumulado de janeiro a novembro de 2014 o setor como um todo apresenta um expressivo saldo negativo, com o fechamento de 1.133 postos de trabalho no Brasil e de 6.600 em São Paulo.

O setor sucroalcooleiro se destaca neste processo de encerramento de postos de trabalho ao longo do ano, tendo encerrado até novembro 11.674 postos de trabalho no Brasil e 6.981 em São Paulo. Este processo deve encontrar explicação em diversos fatores, tais como, a dinâmica de mecanização e automatização da produção ocorrida ao longo das últimas décadas e que se expande a outras regiões do país, pelas dificuldades climatológicas enfrentadas pelas safras do último biênio, pelo processo de concentração produtiva do segmento pela via de fusões e aquisições, bem como pelas altas taxas de rotatividade de mão-de-obra – que em 2013 foram de 48% no Brasil e de 40% em São Paulo. Os setores químicos, fertilizantes, farmacêuticos e brinquedos, apresentam um ligeiro saldo positivo, bastante inferior aos anos anteriores.

Caso esta tendência se confirme no mês de dezembro, será a primeira vez na última década que a indústria química paulista reduzirá seu número total de trabalhadores formais. De acordo com o DIEESE, em 2013 havia um total de 501 mil trabalhadores formais na indústria química do estado de São Paulo, atualmente estima-se um estoque de 494 mil trabalhadores formais, dados que evidenciam tanto a dimensão do setor e seu potencial de geração de empregos, como a preocupante queda no nível de emprego.

Sergio Luiz Leite, presidente da FEQUIMFAR

Faz-se fundamental a atuação do governo estadual com medidas de proteção ao emprego através do fortalecimento da indústria, sem que se menosprezem as devidas contrapartidas aos trabalhadores. Ainda que a manutenção do nível de emprego seja a principal política norteadora, o movimento sindical não pode ficar sujeito a esta contrapartida única. Políticas estaduais de benefício ao empresariado industrial, como por exemplo, desonerações tributárias e subsídios financeiros, devem ser ao menos acompanhadas pela redução das taxas de rotatividade, dos acidentes de trabalho, das jornadas de trabalho e por políticas de qualificação profissional adequadas as peculiaridades regionais.

Seminário de CIPAs em Araçatuba

Apipe e João Rodrigues expuseram os procedimentos das auditorias em NRs

Foi realizado em Araçatuba-SP um encontro regional de CIPAs, os companheiros Apipe e João Rodrigues, foram convidados para expor os procedimentos do nosso sindicato quanto às auditorias em NRs 11, 12 e 13, além das transversalidades com as 33 e 35. Mais uma vez fizeram a diferença com apresentações e didáticas muito bem recebidas. Além disto os companheiros de outras bases estão propondo realizar estágios em nossa entidade para aprender a prática destas auditorias.

Peritagem e auditoria na Yara sobre EPIs

O sindicato está realizando perícias na area da Yara Fertilizantes, com engenheiros peritos contratados para este fim. Por diversas vezes tivemos que paralisar o trabalho pois a equipe interna parecia não estar entendendo que uma auditoria deste porte deve ser efetuada com todo o maquinário em funcionamento. Existem linhas sem procedimento de encerramento oficial, mal uso ou falta de equipamentos de emergência, falta de uso de EPIs em geral (diretos e indiretos), ninguém respeita sinalizações de transito dentro dos armazéns, sem respeito a normas sobre a disposição de material nos armazéns, falta de histórico de manutenção em equipamentos de segurança e falta de proteção nos acessos a máquinas e equipamentos de funcionamento continuo. Descargas de matéria prima sem saída de emergência e sem apoio de resgate, e para piorar tem área que eles interditaram oficialmente, mas usam mesmo sem qualquer alteração que desse mais segurança. Situação feia de tal modo que estamos analisando levar a queixa a outras instancias, pois pelo visto só em ações administrativas a empresa não respeita.

Vereador Dinho se reúne com Passos

Tivemos a visita do Vereador Dinho do "Solidariedade", mesmo partido do companheiro Paulinho. Foram discutidos diversos assuntos relativos à política atual e principalmente a necessidade de procurarmos que Cubatão tenha em uma futura administração, alguém com laços e conhecimentos da cidade e do polo industrial.

Passos e Toninho se reúnem com vereador Ademário

O vereador Ademário do PSDB de Cubatão esteve visitando nosso Sindicato acompanhado do nosso diretor eleito Toninho Vieira. É importante esta integração para que possamos discutir um futuro viável para Cubatão. A falta de uma formação educacional nesta cidade é o maior impecilho a empregabilidade tão discutida hoje.

SINDICALIZE-SE !

Estamos conversando com cada deputado para evitar o pior no caso do PL 4330

Reunião com Deputado Artur Maia

O PL 4330 avança e parece ser uma parceria do PSDB com o PT, Temos realizado diversas reuniões com os deputados como esta na foto para tentar salvar alguma coisa, pois se o PL for aprovado todas as relações de emprego poderão ser prejudicadas, e neste ponto os partidos politicos mais diferentes se unem contra o trabalhador, afinal nunca tivemos um congresso tão anti trabalhador como este.

Centrais apresentam proposta para regulamentar terceirização

As negociações para modificar o projeto de lei 4330, que trata da regulamentação da terceirização da mão de obra, avançaram na Câmara dos Deputados. Representantes da Força Sindical, UGT, Nova Central e CSB acertaram com o relator do projeto, deputado Artur Maia (Solidariedade-BA), que o sindicato da categoria preponderante representará os empregados contratados e os trabalhadores terceirizados da atividade-fim. A emenda será apresentada pelo deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho.

Em relação aos acordos e convenções coletivas, os terceirizados da atividade-fim vão receber os mesmos benefícios que atingem os contratados.

Saída positiva

"A busca de acordo foi uma saída positiva e de bom senso", declarou Sérgio Luiz Leite, o Serginho, 1ª secretário da Central, que participou das negociações. "Se dependesse só do voto, com certeza perderíamos porque os representantes dos trabalhadores são minoria na Câmara", destacou Juruna. "O deputado Paulinho teve papel destacado na negociação", completou Eunice Cabral, presidente do Sindicato das Costureiras de São Paulo.

Votação

A proposta construída com as centrais poderá ser votada já na próxima semana. Para Serginho, o ideal é que o projeto seja de regulamentação da prestação de serviço especializado e não de terceirização.

Não existe hoje nenhuma lei que regula a terceirização da mão de obra no Brasil. Apenas a súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho, estabelece que só podem ser terceirizadas atividades-meio e não atividades-fim. Há ainda outros projetos em tramitação no Congresso.

Emenda

A emenda do deputado Paulinho estabelece ainda que uma empresa só poderá terceirizar mão de obra de um setor. Por exemplo, quem atua na área de limpeza disponibilizará funcionários somente para este setor. Isto significa o fortalecimento do conceito de prestação de serviço especializado.

A proposta propõe também a responsabilidade solidária em primeiro plano. Isto significa que se a empresa terceirizada não pagar os salários, a contratante terá de arcar com os custos.

O impacto prejudicial das MPs 664 e 665

Temos ampla consciência sobre os impactos negativos da MP 664, que altera a legislação referente ao auxílio-doença e da pensão por morte (inclusive dos servidores públicos), e da MP 665, que redefine os critérios de concessão do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro defeso pago ao pescador artesanal, sobre os trabalhadores e trabalhadoras.

Como representantes legítimos da classe trabalhadora, somos os principais responsáveis por destacar o quão prejudicial representam essas medidas, especialmente para os trabalhadores mais jovens e de baixa renda. E agora, mesmo pensando em voltar atrás em alguns aspectos, o governo alega que adoção das mesmas foi tomada frente à necessidade de contenção das crescentes despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), bem como para correção das distorções na concessão dos benefícios e no impedimento de processos fraudulentos envolvendo tais auxílios.

Além de desrespeitar regras básicas de conduta politica, em relação aos compromissos eleitorais, a maneira escolhida pelo governo para a imposição dessas medidas não foi democraticamente a mais adequada, a começar pela ausência do prometido diálogo com as entidades sindicais.

O governo atacou as despesas, mas deixou de atacar as causas do aumento de gasto com o seguro-desemprego, ou seja, não se preocupou em fortalecer o sistema público de emprego, em combater a rotatividade através da ratificação da Convenção 158 da OIT e da regulamentação do artigo 239 da CF/1988. Que pese ainda as desonerações fiscais sem contrapartidas objetivas aos trabalhadores, pois diversos setores da economia não contribuem com o FAT e apresentam elevados índices de rotatividade.

As MPs afetaram diretamente direitos trabalhistas, que foram conquistados e defendidos historicamente pelo movimento sindical. Por exemplo, dificultou-se o acesso ao seguro-desemprego estabelecendo uma exigência de 18 meses de trabalho nos 24 meses que antecedem a dispensa, desconsiderando a imensa rotatividade de mão de obra que assola o mercado de trabalho brasileiro.

Negligenciar a elevada rotatividade de mão de obra significa em resumo esquecer-se dos trabalhadores jovens. Conforme a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE), foram desligados 12,5 milhões de trabalhadores na faixa etária dos 18 aos 29 anos em 2013. O tempo de emprego médio destes mesmos trabalhadores variou entre 9 e 13 meses, com uma remuneração média de 1,5 a 2 salários mínimos. De acordo com as novas regras para concessão do benefício nenhum destes jovens trabalhadores teriam acesso ao seguro-desemprego.

Os critérios para concessão da pensão por morte também foram erroneamente redefinidos, de modo que o valor do benefício foi restrito a 50% do salário do falecido somado a mais 10% por dependente até o limite de 100%. De acordo com o próprio governo, 57,5% das pensões pagas são de um salário mínimo. Ou seja, penalizaram-se, sobretudo, os trabalhadores de baixa renda sem que se tocasse nas assim conhecidas pensões "privilegiadas".

Toda sociedade reconhece a necessidade de uma legislação adequada para coibir fraudes no sistema de concessão de benefícios, no entanto a supressão de direitos conquistados caminha no sentido oposto à constituição da seguridade social no Brasil, prejudicando diretamente o trabalhador jovem recém-ingresso no mercado de trabalho e o empregado de baixa remuneração.

Sergio Luiz Leite,
presidente da FEQUIMFAR e 1º secretário da Força Sindical

Reunião no Itamaraty

Dando continuidade aos compromissos da area de meio ambiente, o presidente do nosso sindicato, que também é o secretário de meio ambiente da força sindical nacional, esteve no Itamaraty, sede do ministério de relações exteriores, junto com representantes de outras centrais sindicais do Brasil e da CSI (Central Sindical Internacional).

Oj CBE Guarujá

Primeira parcela do processo de extra-turno está na mão

Parabéns aos companheiros da CBE Guarujá que confiando no Sindicato receberam a primeira parcela do acordo do processo de extra-turno. Na foto, os companheiros recebendo seus cheques do jurídico de nossa entidade.

Pagamento OJ Styron

A foto sempre sai bonita quando vemos um trabalhador recebendo sua justa recompensa. É o caso dos companheiros da Styron que também aceitaram o acordo judicial, no processo feito pelo nosso sindicato substituindo processualmente aos companheiros daquela empresa. Assim ninguém se expõe e a conquista vem de uma maneira mais segura.

Com união resultado é mais rápido

CBE

BENEFÍCIOS

A Unigel que é a controladora das unidades da CBE de Cubatão e Guarujá, quis fazer uma "limpa" nos benefícios sociais históricos dos trabalhadores, para variar, quando vai mal os trabalhadores participam do prejuizo, quando vai bem (que parece difícil, estão sempre chorando) tem a estória de metas e outras conversas moles. O Sindicato se insurgiu e conseguiu que a empresa alterasse as propostas de seguro de vida, vale alimentação e assistencia médica. A empresa aceitou parcialmente as ponderações de nossa entidade, mas mesmo assim a revelia do sindicato implantou uma série de reduções.

TURNO 1

A CBE Cubatão demorou nas negociações da renovação do acordo de turno, e isto provocou muitas polêmicas e reuniões no Sindicato, que a bem da total transparencia manteve, sempre que aconteciam novidades, todos sempre cientes do andamento das negociações.

TURNO 2

Na última reunião os trabalhadores de turno da CBE Cubatão definiram a forma de votação do acordo de jornada de turno e a forma do retroativo, passando a ter um aumento real de quase 7% na remuneração (o maior conseguido até agora) e já em setembro começarem a receber os valores retroativos.

Passos e jurídico orientam os trabalhadores

Reunião das diretorias e secretarias da Força Sindical

Meio ambiente, direitos humanos e relações internacionais estiveram em pauta

Realizamos em SP na sede nacional da Força Sindical uma reunião das secretarias nacionais de Meio Ambiente, de Direito Humanos, de Relações Internacionais e ainda secretaria de Saúde. O foco foram as atividades integradas destas diretorias nos foros internacionais, como este que aconteceu agora em Tunis e principalmente com a reunião do final do ano em Paris. Lá vamos discutir o acordo internacional que substituirá o protocolo de Kioto. Será uma convenção no qua los acordantes tomarão uma posição em benefício ao future da humanidade e do nosso planeta. É importante quando isto interfere tanto nos direitos humanos quanto na saúde, pois esta intersecção é que motiva a participação das lideranças sindicais de todo o mundo.

Reunião Força Sindical Baixada

Os principais assuntos foram as campanhas salariais

A Força Sindical na Baixada Santista se reune periódicamente para discutir ações comuns como campanhas salariais e ações de defesa dos direitos dos trabalhadores. Neste dia uma das questões foi quanto a vigilancia dos depósitos fundiários que o TST definiu que só pode ser retroativo até 05 (cinco) anos. O PL 4330, que o dep. Vicentinho desarquivou assim como do PSL que foi desarquivado pelo senador foram outra pedida, pois são extremamente danosos aos trabalhadores, assim como a interferire nas atividades políticas da região.

Yara terá camisetas para uso em refeitórios

A medida visa evitar contaminação por produtos que ficam nas roupas

A Yara aceitou a proposta do sindicato decriar uma vestimenta específica para uso nos refeitórios. Isto vem a corrigir um problema recorrente em diversas empresas, mas que com certeza não atinge a maioria delas. Uma empresa que trabalhe com material particulado deve proporcionar uma higienização melhor nos acessos aos refeitórios, pois o material impregnado nas roupas, acaba contaminando a própria comida, ainda mais quando lembramos que o sistema generalizado é o de "self service" o que leva o companheiro da frente a "temperar" a comida do de trás quando o produto cai das mangas compridas sobre os alimentos.

Reunião FS SP em São Paulo

Em reunião de diretoria da Força Estadual que tem mais de 600 sindicatos filiados no estado de SP, foram discutidas as propostas de lutas para este ano. O DIEESE apresentou os impactos das medidas economicas impostas pelas MPs 664 e 665 e as propostas do meio sindical para colaborar com o ajuste fiscal sem reduzir os direitos trabalhistas. Passos que é director regional da Baixada também alertou pela volta da tramitação do PL 4330 em um acordo espúrio dos deputados federais, este projeto e lei se aprovado poderá criar empresas sem funcionários propiciando uma terceirização total com a natural precarização.

Uma das maiores preocupações é o impacto das MPs 664 e 665

Vale restaurantes MPT

A Vale dá até pena pelo "chororô" deles. Primeiro dizem que o produto deles não é agressivo e que nunca ficaram doentes devido ao mesmo. Depois concorda que nunca fizeram estudo sobre os contaminantes nem na saúde dos funcionários. Não querem gastar dando uma camiseta diferente para uso nos refeitórios pois acham que é muito caro, mas jogam dinheiroro for a pagando festival de jazz em que ninguém vai. Nós ficamos espantados com a preocupação da Vale com a saúde e segurança de seus funcionários. Estamos em um procedimento junto com o Ministério Público do Trabalho para que a Vale assuma a responsabilidade dos impactos no meio ambiente do trabalho que seus produtos ocasionam.

Café associados

Passos fez a abertura abordando temas de interesses de aposentados e companheiros da ativa

Este café dos associados foi também muito concorrido e as palestras dos advogados do SINDINAPI, que advertiram a todos contra estas arapucas que ficam mandando cartinhas para os aposentados, dizendo que eles tem direitos a isto ou aquilo. Cuidado, pois é pura enganação. Tivemos também o nosso amigo Jorge Ilídio, contador contratado pelo Sindicato que tirou as dúvidas sobre as declarações de imposto de renda e ainda discorreu sobre o assunto e como é natural criou mais outras dúvidas.

Mesmo assim os companheiros ficaram entendendo que a nossa entidade estará como sempre fazendo este serviço aos associados gratuitamente até uma semana antes da data estabelecida pela receita federal.

Carbocloro

Ainda este mês estaremos realizando diversas assembléias com os trabalhadores da Carbocloro; teremos a renovação do atual acordo de turno, a renovação do acordo sobre controle de drogas e estamos tentando discutir uma série de benefícios que a empresa descontinuou, quando de sua alteração societária. Já tivemos algumas melhorias com um plano de pensão mais dinamico e participatvo que troxe mais opções. O acordo de PLR é com certeza melhor que o atual, até porque se tivesse vigencia antes a premiação deste ano teria sido maior. Estaremos também discutindo a lgumas diferenças retroativas defendidas pelo Sindicato aos trabalhadores de turno. Mas serão sempre em assembléias específicas convocadas para este fim.

Estacionamentos em indústrias

O Sindicato está procurando as empresas e propondo a todas que reduzam os espaços de estacionamentos e principalmente de motocicletas. A quantidade de acidentes de percurso vem aumentando criando uma multidão de lesionados. Entendemos que é necessário reduzir o número de vagas, pois existem condução para todos, se estas estão com problemas então vamos resolve-los. As empresas precisam sinalizar aos funcionários para que eles utilizem o sistema de transportes fornecido, até por questões de segurança, para não acontecer novamente aquele absurdo de 23 de janeiro passado, quando um monte de gente saiu abandonando as fábricas em emergencia, inbclusive sem saber para onde ir, e o que conseguiram foi um grande congestionamento, que se a situação fosse mais grave teriam impossibilitado as viaturas específicas para a situação. A questão tem também a conciencia ambiental, pois não pode o conforto de alguns se sobrepujar ao ambiente de todos. As empresas alegam preocupação social, mas esquecem que a educação começa em casa, não adianta fazer campanha contra desperdício e ficarem aumentando estacionamentos que é um convite para as pessoas virem de carro individual.

Assembléia Columbian

Foi realizada na Columbian Chemicals, uma assembléia sobre o programa de controle de substancias químicas que causem dependencias. Por maioria os trabalhadores aprovaram o acordo que estabelece o programa, lógicamente a adesão é individual, mas o Sindicato apoia fortemente este programa no qual participamos para garantir aquestão quanto ao sigilo e práticas. Nossa entidade entende que

a dependencia química no nosso meio é uma questão de segurança coletiva, mesmo sendo de direito individual, assim fazemos gestão junto a todas as empresas para que aprofundem esta questão, que é saúde mas também é um posicionamento politico, pois se não enfrentarmos as drogas em todos os cantos, amanhã toda a nossa sociedade estará comprometida.

Aprovado acordo de controle de substâncias químicas que acusam dependência